



CADERNO DE APOIO

PLANCON-EDU/AGRAVI

Caderno de Apoio

(PlanCon-Edu/Agravi)

ficha catalografica

Este Plano de Contingência foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

Governador do Estado de Santa Catarina

Jorginho Mello

Presidente da Alesc

Deputado Mauro de Nadal

Secretário da Proteção e Defesa Civil do Estado de Santa Catarina

Luiz Armando Schroeder Reis

Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina

Aristides Cimadon

Secretário da Defesa Civil de Blumenau

Carlos Olímpio Menestrina

Diretor de Gestão de Educação

Alexandre Corrêa Dutra

Coordenação PlanCon-Edu/Agravi

Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso de Freitas

**Equipe de elaboração do Modelo do PlanCon-Edu/Agravi
Plano de Contingência de Educação Ameaça Grave à Vida**

Caroline Margarida - Defesa Civil de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Cleusa Matiola - Secretaria de Estado da Educação (SED)

Dirceu Rodrigues - Secretaria da Defesa Civil de Blumenau (SEDECI)

Felipe Sommer - Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC)

Gladis Helena da Silva - Defesa Civil de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Julia Siqueira da Rocha - Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB/UFSC)

Juliana Mary de Azevedo Ouriques - Secretaria da Defesa Civil de Blumenau (SEDECI)

Leonardo Baccin - Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC)

Luciano Peri - Defesa Civil de Santa Catarina (DCSC)

Mário Jorge Cardoso de Freitas - Associação Brasileira de Pesquisadores em RRD - (ABP-RRD/CTC)

Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina/CTC (IFSC/CTC)

Regina Panceri - Defesa Civil de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Roberto Lucio Correa Bueno - Secretaria da Defesa Civil de Blumenau (SEDECI)

Rodrigo Nery e Costa - Defesa Civil de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Vanessa Scoz Oliveira - Defesa Civil de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Vilson Antonio Zamboni - Defesa Civil de Santa Catarina

Projeto gráfico e diagramação

Elisa Motta - Defesa Civil de Santa Catarina

Sumário

| | |
|-------------------|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 10 |
|-------------------|----|

| | |
|---|----|
| PARTE I - PERGUNTAS E RESPOSTAS ESPECÍFICAS A RESPEITO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA..... | 12 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| O QUE SÃO OS CICLOS DE GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES?..... | 12 |
|---|----|

| | |
|---------------------------------|----|
| O QUE SIGNIFICA PREVENÇÃO?..... | 13 |
|---------------------------------|----|

| | |
|---------------------------------|----|
| O QUE SIGNIFICA MITIGAÇÃO?..... | 13 |
|---------------------------------|----|

| | |
|----------------------------------|----|
| O QUE SIGNIFICA PREPARAÇÃO?..... | 13 |
|----------------------------------|----|

| | |
|--------------------------------|----|
| O QUE SIGNIFICA RESPOSTA?..... | 13 |
|--------------------------------|----|

| | |
|-----------------------------------|----|
| O QUE SIGNIFICA RECUPERAÇÃO?..... | 13 |
|-----------------------------------|----|

| | |
|----------------------------|----|
| O QUE É CONTINGÊNCIA?..... | 13 |
|----------------------------|----|

| | |
|---|----|
| O QUE É UM PLANO DE CONTINGÊNCIA - PLANCON?..... | 13 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| QUANDO O PLANCON DEVE SER ELABORADO?..... | 13 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| QUAIS SÃO OS PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANCON?..... | 14 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS COMPONENTES DO PLANCON?..... | 14 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| O QUE DEVE CONSTAR NA INTRODUÇÃO?..... | 14 |
|--|----|

| | |
|--------------------------------------|----|
| O QUE É A ESTRUTURA CONCEITUAL?..... | 14 |
|--------------------------------------|----|

| | |
|---|----|
| QUEM SÃO OS ATORES OU POPULAÇÃO ALVO ?..... | 15 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| O QUE DEVE CONSTAR NOS OBJETIVOS?..... | 15 |
| O QUE SÃO CENÁRIOS DE RISCO?..... | 15 |
| O QUE É AMEAÇA?..... | 15 |
| O QUE SE DEVE CONSIDERAR NO TERRITÓRIO?..... | 16 |
| O QUE SÃO VULNERABILIDADES?..... | 17 |
| QUAIS SÃO AS DIMENSÕES DA VULNERABILIDADE?..... | 17 |
| O QUE SÃO CAPACIDADES INSTALADAS E CAPACIDADES A INSTALAR?..... | 19 |
| O QUE SÃO OS NÍVEIS DE PRONTIDÃO OU MOBILIZAÇÃO?..... | 20 |
| O QUE É GOVERNANÇA?..... | 23 |
| O QUE SÃO AS DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS - DAOP?..... | 24 |
| QUAL A DIFERENÇA ENTRE PROTOCOLOS, PROCEDIMENTOS E PLANO DE AÇÃO?..... | 24 |
| QUAIS SÃO AS DAOP PREVISTAS NO PLANCON-EDU/AGRAVI?..... | 25 |
| QUAL A FERRAMENTA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DAS DAOP?..... | 25 |
| O QUE SIGNIFICA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ?..... | 25 |
| O QUE CONSIDERAR NO QUESITO ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO?..... | 26 |
| O QUE SIGNIFICA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO?.... | 26 |

| | |
|--|----|
| QUAIS SÃO AS DIRETRIZES GERAIS PARA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO?..... | 26 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 26 |
| 2. OBJETIVOS..... | 27 |
| 3. ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES..... | 27 |
| O QUE SIGNIFICA PROTEÇÃO, ENFRENTAMENTO E SOCORRO?..... | 29 |
| QUAIS SÃO AS DIRETRIZES GERAIS PARA PROTEÇÃO, ENFRENTAMENTO E SOCORRO?..... | 30 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 30 |
| 2. OBJETIVO..... | 30 |
| 3. ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES..... | 30 |
| 3.1. Protocolo FEL..... | 31 |
| 3.2. Como responder e reagir quando a equipe de emergência chegar..... | 33 |
| O QUE SIGNIFICA REABILITAÇÃO?..... | 34 |
| O QUE CONSIDERAR NO QUESITO REABILITAÇÃO?..... | 34 |
| O QUE SIGNIFICA CAPACITAÇÃO, TREINAMENTOS E SIMULADOS?..... | 35 |
| QUAIS SÃO AS DIRETRIZES GERAIS PARA CAPACITAÇÃO, TREINAMENTOS E SIMULADOS?..... | 35 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 36 |
| 2. OBJETIVOS..... | 36 |
| 3. ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES..... | 36 |
| O QUE É A UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL OU COMITÊ DE CRISE?..... | 40 |
| QUANDO ATIVAR E DESATIVAR O PLANO?..... | 41 |
| O QUE FAZER PARA ACIONAR O PLANO DE CONTINGÊNCIA?..... | 41 |

O QUE É UM PLANO DE CHAMADA?.....42

EM QUE CONSISTE O MONITORAMENTO
DA(S) AMEAÇA(S)?.....42

O QUE É O SISTEMA DE OBSERVAÇÃO
E VIGILÂNCIA?.....42

O QUE É O SISTEMA DE ALERTA E ALARME?.....43

EM QUE CONSISTE A AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO?....44

PARTE II - CONCEITUAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA(S) E SEGURANÇA ESCOLAR.....45

O QUE SÃO VIOLÊNCIAS?.....45

O QUE É VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA?.....46

O QUE É VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL?.....46

O QUE É UMA AMEAÇA GRAVE À VIDA?.....46

QUAIS OUTROS TERMOS UTILIZADOS?.....46

O QUE É BULLYING?.....47

O QUE É CYBERBULLYING?.....47

O QUE LEVA UMA PESSOA COMETER ATOS
EXTREMISTAS?.....48

EM QUE CONSISTE EDUCAR PARA A
HUMANIZAÇÃO?.....48

COMO SE COMPREENDE A GESTÃO DO CUIDADO?.....48

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....50



APRESENTAÇÃO

Este **Caderno de Apoio ao Plano de Contingência da Educação para Ameaça Grave à Vida (Plancon-Edu/Agravi)** foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Técnico e Científico, integrado pelo Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina, pela Secretaria de Defesa Civil de Blumenau (SEDECI), pelo Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB), por integrantes do Comitê Integrado de Operações de Segurança Escolar (COMSEG), para subsidiar gestores e profissionais da educação, quando da ocorrência de eventos extremos em que há a necessidade de formalizar planos de contingência para dar respostas mais efetivas no sentido de proteger as unidades e comunidades educativas (estudantes, profissionais, familiares, etc) e prepará-las para o enfrentamento da situação.

Considerando que surgem muitas dúvidas, esse caderno poderá ser utilizado como um subsídio teórico científico, contemplando conhecimentos relativos a violências e ameaças graves à vida, como também para o entendimento do que constitui cada passo da elaboração de um Plano de Contingência.

No **Modelo de Plano de Contingência da Educação para Ameaça Grave à Vida (PlanCon-Edu/Agravi)**, indica-se o enquadramento conceitual de referência, os atores envolvidos na implementação do plano, seus principais objetivos, os níveis de prontidão, as definições conceituais para cada uma de suas etapas, além de um conjunto de orientações e medidas gerais, sendo necessário que cada unidade educativa faça a caracterização dos cenários de risco, identificando suas vulnerabilidades e capacidades instaladas e a instalar, e defina como se dará o gerenciamento da crise pela unidade de gestão operacional, bem como a forma de organização, implementação e gerenciamento das ações de enfrentamento de eventos adversos caracterizados como ameaça grave à vida. Vale destacar que este modelo é uma referência técnica e científica que auxilia na tomada de decisão. A sugestão é de que cada unidade educativa faça suas reflexões, análises críticas e ajustes a sua realidade,



garantindo sempre os direitos à vida, à saúde, à assistência social e à educação de todas as crianças, adolescentes, estudantes, famílias, profissionais e colaboradores da educação.

Importante salientar que o Modelo PlanCon-Edu/Agravi apresenta características dinâmicas e flexíveis, sendo que, a partir das determinações dos órgãos responsáveis e de novas informações e conhecimentos, podem levar a alterações, que resultam em eventuais atualizações do plano.

As medidas necessárias, bem como as responsabilidades dos envolvidos, deverão ser ajustadas às diferentes necessidades da evolução dos cenários de risco a fim de assegurar a autoproteção e um processo de tomada de decisão mais eficaz e eficiente.

Neste caderno você terá informações de forma simples, rápida e aplicada:

a. a respeito de conceitos e procedimentos a serem considerados no Plano de Contingência (Parte I);

b. de conceitos decorrentes da temática violência e segurança escolar (Parte II).

Espera-se que este material facilite a atuação profissional e cotidiana, aumentando a autoproteção, a resiliência e a efetividade na gestão de riscos e desastres a que todos estamos sujeitos.

Grupo de Trabalho Técnico e Científico do PlanCon-Edu/Agravi

PARTE I - PERGUNTAS E RESPOSTAS ESPECÍFICAS A RESPEITO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA

A seguir, serão abordados os principais conceitos que norteiam o Modelo de Plano de Contingência proposto (PlanCon-Edu/Agravi).

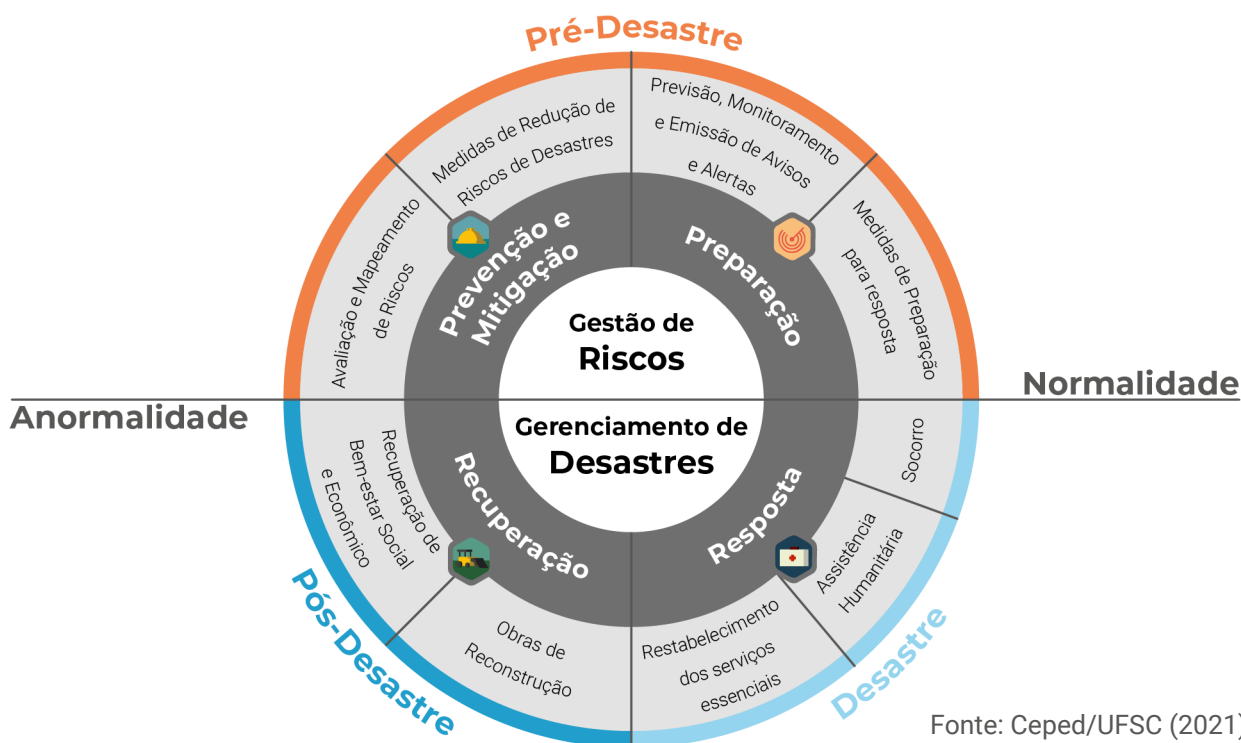
O QUE SÃO OS CICLOS DE GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES?

A **gestão de riscos** é um conjunto de ações de prevenção, mitigação e preparação executadas anteriormente a um desastre, que ocorre no período de normalidade. A aplicação de políticas e estratégias de redução de risco de desastres possibilitam prevenir novos riscos, diminuir riscos existentes, gerenciar riscos residuais e se preparar para o enfrentamento de ameaças/perigos que podem causar desastres, contribuindo para fortalecer a resiliência e diminuir as perdas e danos.

O **gerenciamento de desastres** é um conjunto de medidas de resposta, reabilitação e recuperação, integradas e planejadas de acordo com o tipo de desastre e sua localidade, que se inicia durante a ocorrência do desastre (emergência), no período de anormalidade e se estende no período pós desastre/pós-emergência. Dentre as medidas de resposta estão as ações de socorro, a assistência humanitária e o restabelecimento de serviços, o que implica em rapidez e agilidade para o retorno a normalidade, e as ações de recuperação, sociais, econômicas e de reconstrução (reconstruir melhor), e que implica na busca de recursos e na elaboração de planos de trabalho.

A figura a seguir ilustra o ciclo completo de gestão de riscos e de desastres.

Figura 01 - Ciclo de Gestão de Riscos e de Desastres



Fonte: Ceped/UFSC (2021)

O QUE SIGNIFICA PREVENÇÃO?

Consiste em tomar medidas e atividades prioritárias destinadas a evitar por completo a instalação de riscos e as consequências (danos e prejuízos) de um desastre.

O QUE SIGNIFICA MITIGAÇÃO?

Consiste em tomar medidas e atividades intencionais imediatamente adotadas para reduzir, limitar ou diminuir os impactos adversos das ameaças/perigos (geológicos, climatológicos, hidrológicos, meteorológicos, tecnológicos, sociais), e suas consequências a valores aceitáveis de risco.

O QUE SIGNIFICA PREPARAÇÃO?

Consiste em estabelecer medidas de gestão intersetorial (planejamento, coordenação, execução e de tomada de decisão), com o objetivo de otimizar as ações de resposta e de recuperação, minimizando perdas e danos decorrentes do desastre, de modo a diminuir as vulnerabilidades e aumentar as capacidades necessárias para melhor enfrentar as adversidades e as incertezas. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de acordos e diretrizes; preparação de equipes e suprimentos; atividades de capacitação e treinamento; plano de contingência; realização de exercícios simulados.

O QUE SIGNIFICA RESPOSTA?

São medidas emergenciais, executadas durante e/ou após a ocorrência de um desastre, destinadas a socorrer e assistir à população afetada e restabelecer os serviços essenciais, preferencialmente no mais curto espaço de tempo possível.

O QUE SIGNIFICA RECUPERAÇÃO?

São medidas desenvolvidas após o desastre, destinadas a restabelecer a situação de normalidade, que abrangem a reconstrução de infra estrutura danificada/destruída e a reabilitação da unidade educativa, visando ao bem-estar social.

O QUE É CONTINGÊNCIA?

É uma situação de incerteza a respeito de um determinado evento, que pode ou não se concretizar, durante um período determinado.

O QUE É UM PLANO DE CONTINGÊNCIA - PLANCON?

É um documento de planejamento elaborado para orientar as ações de resposta a eventos adversos ou situações de emergência, ou calamidade pública. Considera-se fundamental planejar as ações a serem realizadas a fim de facilitar a tomada de decisão e os processos de gestão de risco e gestão do desastre.

QUANDO O PLANCON DEVE SER ELABORADO?

Sempre que possível deve ser elaborado com antecedência, enquanto atividade de preparação e para otimizar as atividades de resposta.

QUAIS SÃO OS PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANCON?

O primeiro passo é definir na unidade educativa a equipe que será responsável pela elaboração do plano. A equipe deve ter acesso ao modelo editável do PlanCon-Edu/Agravi e seguir as recomendações do Caderno de Apoio. É importante oportunizar a capacitação da equipe responsável pela elaboração, por meio da articulação e da integração intersetorial com instituições envolvidas na elaboração do Modelo.

Posteriormente à elaboração do Plano é necessário promover, de forma integrada, a capacitação e treinamento dos integrantes da comunidade educativa, principalmente os envolvidos na gestão da crise.

E, a partir da realização de simulados, avaliar as ações e procedimentos planejados e suas reais condições de execução, fazendo ajustes e correções, se necessário, para adequar o plano de contingência ao alcance de seus objetivos e finalidade.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS COMPONENTES DO PLANCON?

É fundamental que se defina, caracterize e estabeleça os atores ou as pessoas envolvidas, **os cenários de risco**, incluindo a Ameaça, as Vulnerabilidades, as Capacidades Instaladas e a Instalar, **os níveis de mobilização/prontidão, a Unidade de Gestão Operacional (UGO), as Dinâmicas e Ações Operacionais (DAOP), Monitoramento** com seu Sistema de Observação e Vigilância, Sistema de Alerta e Alarme, Avaliação e Atualização.

O QUE DEVE CONSTAR NA INTRODUÇÃO?

Sugere-se elaborar um pequeno texto introdutório, situando o surgimento do problema emergencial e a sua inserção no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, que, como tal, deve ser alvo de contingenciamento, assim como a sua inserção no âmbito de outras políticas intersetoriais e correlatas como educação, saúde, dependendo do evento adverso a que se refere. Para facilitar a construção da introdução, foi disponibilizado um texto no template editável.

No caso do PlanCon-Edu/Agravi também podem ser incluídas informações referente ao estabelecimento de educação e justificativa de elaboração do Plano de Contingência.

O QUE É A ESTRUTURA CONCEITUAL?

É um modelo organizacional proposto para a elaboração do Plano de Contingência. Considera-se que o modelo se ajusta à realidade de todas as unidades educativas, de todos os níveis e modalidades, precisando especificá-lo e/ou detalhá-lo para cada unidade. Contudo, no que se refere às Dinâmicas e Ações Operacionais, pode haver necessidade de uma maior alteração de acordo com as características do público-alvo. Efetivamente, dependendo de sua inserção regional e sua situação concreta, podem exigir a alteração de algumas dinâmicas e ações ou a necessidade de organizá-las de outra forma. De igual forma, a Governança e a Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional) podem ser adaptadas à realidade local.

QUEM SÃO OS ATORES OU POPULAÇÃO ALVO ?

Os atores ou população-alvo são o público a quem o PlanCon-Edu/Agravi se destina, a comunidade educativa: crianças e estudantes (de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino), profissionais da educação (professores, gestores e demais funcionários) e familiares.

No PlanCon-Edu/AGRAVI de sua comunidade educativa detalhe as séries, número de estudantes de cada faixa etária (pessoas com deficiência, que necessitem de ajuda para locomoção), professores, auxiliares de ação educativa entre outros.

O QUE DEVE CONSTAR NOS OBJETIVOS?

Os objetivos indicam a intencionalidade dos aspectos que se desejam alcançar. É importante evidenciar o objetivo geral e os principais objetivos específicos julgados aplicáveis a todas as unidades educativas. Porém, em cada nível pode-se adaptá-los e/ou acrescentar outros objetivos, se achar necessário. Especificamente o PlanCon-Edu/Agravi deve incluir os objetivos de natureza estratégica, tática e operacional.

O QUE SÃO CENÁRIOS DE RISCO?

Um cenário de risco corresponde, no mínimo, à identificação e à caracterização da(s) **ameaça(s)** que está(ão) motivando a elaboração desse plano, a definição do **território** ao qual o plano se reporta, bem como a identificação das **vulnerabilidades** que possibilitam que as **ameaças** possam se concretizar e a identificação das eventuais **capacidades** já instaladas ou a instalar.

Os cenários de risco previstos no Plano de Contingência deverão ser estabelecidos levando em conta as ameaças mais frequentes, o território de implementação e alcance de medidas de resposta, às vulnerabilidades econômicas, sociais, culturais, políticas, institucionais, ambientais, educacional, ideológicas dos atores envolvidos e aquelas inerentes à gestão e à estrutura física, as suas capacidades instaladas e a instalar em termos de espaço físico, recursos humanos e recursos financeiros, de gestão, técnica, comportamental, de comunicação, interinstitucional, etc.

O QUE É AMEAÇA?

Ameaça é um “evento físico, potencialmente prejudicial, fenômeno e/ou atividade humana que pode causar a morte e/ou lesões, danos materiais, interrupção de atividade social e econômica ou degradação do meio ambiente” (MIN. SNPDC, 2017). Tais fenômenos podem ter diferentes origens e efeitos. Dentre as ameaças podemos mencionar as ameaças naturais, tecnológicas, sociais, entre outras.

O quadro a seguir detalha e ilustra as ameaças mencionadas.

Quadro 01- Tipos de Ameaças

| TIPOS DE AMEAÇAS | | |
|--|--|--|
| <p>Natural</p> <p>Esse tipo de ameaça não pode ser gerenciado pela ação humana pois se trata de manifestações de fenômenos naturais, como: chuvas, tempestades que podem ser acompanhadas por ventos e granizo, e tornados, devido à precipitação há o aumento do volume e velocidade dos rios. Quando essas manifestações ocorrem de modo intenso ou prolongado atingindo áreas ocupadas essa situação pode se transformar em um desastre com ocorrência de destelhamentos, quedas de árvores sobre moradias e carros, danos à rede elétrica e de comunicação, enxurradas, inundações e alagamentos além de deslizamentos e movimentos de massa com danos significativos às pessoas e ao patrimônio público e privado.</p> | <p>Tecnológicos</p> <p>Ameaças tecnológicas estão vinculadas aos equipamentos criados pela ação humana. Um acidente causado por vazamentos de produtos químicos, explosões, incêndios, colapsos de edificações podem provocar danos significativos para trabalhadores, população, equipamentos ou para o meio ambiente.</p> | <p>Sociais</p> <p>Nesse tipo de ameaça se inserem os riscos relativos à condição humana, sua cultura, religião e fatores políticos envolvidos. A análise desse cenário se demonstra cada vez mais necessária ao observar situações de greves gerais, atos terroristas, crises humanitárias, refugiados e outras situações que podem impactar a própria sociedade ou as comunidades vizinhas devido ao intenso fluxo de pessoas ou ao exaurimento dos bens e serviços de áreas de fronteira.</p> |

Fonte: Manual da FEMA (Agência Federal de Gestão de Emergências)

O PlanCon-Edu/Agravi está diretamente relacionado com o cenário de risco de violência nas unidades educativas, em especial aos ataques com ameaça grave à integridade física e vida, que produzem efeitos nocivos de forma ampliada a toda comunidade onde tal tipo de ocorrência se manifesta.

O QUE SE DEVE CONSIDERAR NO TERRITÓRIO?

O território implica no espaço social em constante dinâmica, que deve ser compreendido para além dos limites geográficos e administrativos (KROGA, 2009, p.31). O território é o espaço de aplicação do plano de contingência e pode ser impactado e impactar outros territórios, nomeadamente o bairro, a cidade e o estado em que vivemos.

Especificamente no PlanCon-Edu/Agravi, o espaço de implementação direta das ações refere-se essencialmente ao ambiente escolar, como tipo de unidade educativa, séries, número de estudantes de cada faixa etária (pessoas com deficiência que necessitem de ajuda para locomoção), professores, auxiliares de ação educativa, localização, equipamentos próximos, infraestrutura (número de salas, banheiros, espaços físicos, etc), entradas e saídas, pátios, ginásio/quadras, etc.

O território considerado no Plano de Contingência também abrange domínios externos que têm ou podem ter alguma interação com o entorno, no bairro e na região de sua localização, como equipamentos públicos e/ou privados (polícia militar e civil, corpo de bombeiros, guarda municipal, hospitais, unidades de saúde, de assistência social, entre outros), bem como características sócio culturais.

No PlanCon Edu/AGRAVI descreva a localização de sua escola, características físicas da unidade (tipo de construção, nº de andares, número de salas de aula, banheiros, entradas e saídas, ginásio/quadras, estacionamento, entre outros), características dos equipamentos públicos e/ou privados nas redondezas (polícia militar e civil, corpo de bombeiros, guarda municipal, hospitais, unidades de saúde, de assistência social, entre outros)

O QUE SÃO VULNERABILIDADES?

As vulnerabilidades dizem respeito às condições preexistentes que “fazem com que os elementos expostos sejam mais ou menos propensos a ser afetados” (MIN. SNPDC, 2017). São as condições que facilitam que as ameaças possam se concretizar, gerando maiores impactos.

QUAIS SÃO AS DIMENSÕES DA VULNERABILIDADE?

As vulnerabilidades podem ser sociais, econômicas, culturais, comportamentais, estruturais, ambientais, políticas, entre outras.

Quadro 02 - Dimensões da Vulnerabilidade

| Dimensões da vulnerabilidade | Definição |
|------------------------------|---|
| Natural | Intrínseca aos próprios limites ambientais da vida. |
| Física | Localização em zonas suscetíveis a ameaças e/ou deficiência das estruturas físicas para absorver os impactos. |
| Econômica | Dependência econômica, ausência de investimento, falta de diversificação da base econômica, desigualdade social, pobreza. |
| Social | Baixo grau de organização e coesão interna para prevenir, mitigar e responder a situações de desastre. |
| Política | Alto grau de centralização na tomada de decisão e na organização governamental. |
| Tecnológica | Inadequadas técnicas de construção de edifícios e de infraestrutura. |

| Dimensões da vulnerabilidade | Definição |
|-------------------------------------|--|
| Ideológica | Relacionada às representações sobre o mundo e sobre o meio-ambiente. Passividade e fatalismo são identificados como exemplos. |
| Cultural | Expressa na forma como indivíduos se veem, como os meios de comunicação veiculam imagens estereotipadas sobre o meio ambiente e os desastres. |
| Educaional | Ausência de programas de educação no tema; grau de preparação da população para enfrentar situações de desastre. |
| Ecológica | Relacionada à perspectiva adotada pelos modelos de desenvolvimento em relação ao meio ambiente. |
| Institucional | Refletida na obsolescência e rigidez das instituições; na prevalência de decisões políticas sobre critérios técnico-científicos; no predomínio de critérios personalistas na tomada de decisão etc. |

Fonte: Wilches-Chaux (1993), adaptado por Dutra (2011) in GIRD+10: caderno de Gestão Integrada de Riscos e de Desastres, 2021, p. 13

No PlanCon-Edu/Agravi devem ser identificadas e registradas as vulnerabilidades específicas de cada unidade educativa. Essas podem estar relacionadas com a natureza da infraestrutura e/ou equipamentos, localização, aspectos relativos ao tipo de atores, às questões sociológicas, psicológicas, comportamentais, bem como a identificação de pessoas com alguma dificuldade autônoma, deficiências, entre outros.

Disponibilizamos aqui exemplos de Vulnerabilidades; verifique quais destas são pertinentes na sua unidade educativa e acrescente outras se houver no PlanCon Edu/AGRAVI.

- a. Estruturas não cercadas/sem grades;
- b. Muros baixos, que permitam fácil acesso;
- c. Falta de controle do acesso de entrada/saída;
- d. Falta de controle de acesso ao Estacionamento;
- e. Somente um acesso de entrada e saída;
- f. Condições precárias das fechaduras e/ou portas de acesso às salas de aula, caso haja necessidade de bloqueio/contenção;
- g. Gradeamento e/ou tela de proteção nas janelas, que impeçam serem usadas como rotas de fuga;
- h. Sistema de iluminação interna insuficiente;
- i. Sistema de iluminação externa insuficiente;
- j. Ausência de sistemas de monitoramento e alarme;
- k. Inexistência de vigia ou segurança;
- l. Ausência de dispositivos de segurança (câmeras, botão de pânico, etc);
- m. Baixa percepção dos riscos;
- n. Falta de cultura prevencionista;
- o. Desconhecimento das técnicas de autoproteção em ocorrências de desastres;
- p. Desinformação, decorrente de fake news, e difusão de informação não validada;
- q. Unidade afastada de instalação policial;
- r. Falta de preparação e capacitação das equipes e das pessoas envolvidas.

O QUE SÃO CAPACIDADES INSTALADAS E CAPACIDADES A INSTALAR?

Podemos considerar que uma capacidade instalada é uma pré-condição pessoal, social ou ambiental que, de alguma forma, ajuda na redução ou no enfrentamento do risco e, consequentemente, na mitigação de impactos, na redução do risco e na resiliência individual ou coletiva.

Trata-se de algo bastante específico a cada unidade educativa, incluindo neste caso basicamente os recursos humanos, as características da estrutura física, de estrutura digital de apoio às atividades administrativas e capacidade de gestão financeira em contextos excepcionais, como em período de emergência.

A título de exemplo, possuir funcionários com formação profissional ou conhecimento no campo de gestão de riscos, de desastres; a possibilidade de contar com apoio de técnicos e voluntários de outras áreas afins; ter infraestrutura adequada; número de pessoas suficiente para dar andamento às ações; ter associação de pais e professores ativa e participativa; entre outros. Tanto pode-se mencionar as capacidades específicas da unidade educativa, como profissionais, estruturas e equipamentos que já dispõe, como capacidades a integrar com demais estruturas de gestão, operativas, institucionais e científicas.

Para facilitar a elaboração do PlanCon-Edu/Agravi abaixo seguem alguns exemplos:

Capacidades instaladas

1. Capacidades Técnicas e Operacionais ou de Infraestrutura

- a) capacidade técnica das equipes envolvidas, em especial, quanto ao seu âmbito específico de atuação;
- b) Controle de acessos e saídas;
- c) Estruturas cercadas ou com grades;
- d) Instalações físicas monitoradas;
- e. Equipe de segurança /vigilância;
- f. Simulados anuais realizados;
- g. Equipes preparadas capacitadas para o enfrentamento de possíveis ameaças.

2. Capacidades Gerenciais ou de Gestão

- a) participação no Comitê de Crise Municipal para planejamento e elaboração de diretrizes, plano de contingência e futuras ações;

3. Capacidades Institucionais e Interinstitucionais

- a) articulação intersetorial de diferentes segmentos (segurança pública, saúde, assistência social, proteção e defesa civil, legislativo, sociedade civil, ministério público, entre outros);

4. Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas

- a) dispor de Plano de Comunicação integrado;
- b) disseminação e divulgação do plano de contingência junto à comunidade educativa;

5. Capacidades Comportamentais

- a) percepções de risco já desenvolvidas quanto aos eventos adversos ocorridos;
- b) resiliência e controle sócio emocional frente às crises já desenvolvidas na equipe;

Adicione no PlanCon-Edu/AGRAVI outras capacidades instaladas relacionadas a sua instituição.

Capacidades a instalar

1. Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas

- a) necessidade de Capacitação/treinamento geral das equipes em diversos aspectos;
- b) constituição das Comissões dos Serviços;
- c) treinamentos sobre a elaboração do PlanCon, incluindo simulados;
- d) estabelecer fluxos de encaminhamento;
- e) Rever os acessos de entrada e saída da edificação educativa;
- f) Estabelecer controle de acessos e saídas;
- g) Implantação de dispositivos de segurança.

2. Capacidades Gerenciais ou de Gestão

- a) realização de simulados;
- b) estabelecer protocolos internos de comunicação e resposta.

3. Capacidades Institucionais e Interinstitucionais

- a) integração intersetorial - formação (definição de papéis, quem faz o que);

4. Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas

- a) desenvolver Plano de Comunicação integrado;
- b) disseminação e divulgação do plano de contingência junto a comunidade escolar;

5. Capacidades Comportamentais

- a) desenvolvimento de estratégias orientadas para que as equipes evoluam em suas percepções de risco face aos eventos adversos;
- b) desenvolver mecanismos de resiliência de curto, médio e longo prazo.

O QUE SÃO OS NÍVEIS DE PRONTIDÃO OU MOBILIZAÇÃO?

Os níveis de prontidão ou mobilização são os diferentes graus de amplitude e intensidade de manifestação da ameaça e, conseqüentemente, seus impactos que condicionam o tipo de resposta que deve ser dada. No PlanCon-Edu/Agravi, foram estabelecidos 5 (cinco) níveis de prontidão, a saber:

- Cód 0 - Nível Verde - NORMALIDADE
- Cód 1 - Nível Amarelo - NOTIFICAÇÃO/OBSERVAÇÃO
- Cód 2 - Nível Laranja - CONVOCAÇÃO/ATENÇÃO
- Cód 3 - Nível Vermelho - ALERTA/EMERGÊNCIA
- Cód 4 - Nível Azul - RECUPERAÇÃO

No PlanCon-Edu/Agravi os níveis de prontidão e mobilização podem vir em saltos, dependendo da forma como a situação se caracterizar, sendo que o nível de alerta/emergência pode ocorrer independente de outros níveis.

No quadro a seguir, apresenta-se a conceituação correspondente a cada nível, bem como os eixos de ação correspondentes.

Quadro 03 - Níveis de Prontidão/Mobilização

| NÍVEIS | CONCEITUAÇÃO | EIXOS CENTRAIS DE ATUAÇÃO |
|--|---|---|
| Cód 0 - Normalidade - NÍVEL VERDE | Situação de regular funcionamento da unidade educativa, sem evidências de exposição à ameaça de violência que possa pôr em causa a integridade física/vida dos membros da comunidade educativa. | <ul style="list-style-type: none"> · Atividade pedagógica normal, com abordagem planejada de educação para a gestão de risco (em particular, ameaças relacionadas com violência). · Ações relacionadas com a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento de Violências em Escolas (Santa Catarina/SED-2018). · Elaboração ou reformulação de PlanCon-Edu/Agravi. · Realização de simulados e treinamento de equipes e diversos membros da comunidade. · Atividades de monitoramento próprias e coordenadas com outras instituições. |

| NÍVEIS | CONCEITUAÇÃO | EIXOS CENTRAIS DE ATUAÇÃO |
|--|--|--|
| Cód I - Notificação/ Observação - NÍVEL AMARELO | Situação marcada por indícios (não totalmente comprovados) de possibilidade de ocorrência de situações de ameaça à integridade física/ vida dos membros da comunidade educativa. | <ul style="list-style-type: none"> · Ativação do PlanCon-Edu/Agravi e da Unidade de Gestão Operacional para acompanhar a evolução da situação e informação a agências parceiras definidas no PlanCon-Edu/Agravi. · Reforço de ações de monitoramento, se possível, coordenadas com agências de inteligência. · Verificação da operacionalidade dos mecanismos de vigilância e controle e seu eventual reforço, se julgado necessário. · Ativação de ações de informação ao corpo docente, auxiliares de ação educativa e, eventualmente, grupos de ação de resposta (eventualmente, criados em universidades ou anos terminais do ensino médio) e, eventualmente, outras ações de comunicação previstas no plano de contingência. |
| Cód II - Convocação/ Atenção - NÍVEL LARANJA | Situação marcada por confirmação de indícios anteriores ou surgimento de indícios de alta probabilidade de ocorrência de situações de ameaça à integridade física/ vida dos membros da comunidade educativa, com evidências de iminente ocorrência de incidente ameaçador. | <ul style="list-style-type: none"> · Ativação de ações de comunicação previstas no plano de contingência. · Dinamização do funcionamento da Unidade de Gestão Operacional, que deverá traçar plano de ação para possível ocorrência, de acordo com informações disponíveis sobre as características da eventual ameaça e estar em estado de prontidão contínua e permanente. · Intensificação de ações de monitoramento, se possível, coordenadas com agências de inteligência que devem assumir carácter continuado e permanente. · Intensificação da verificação da operacionalidade dos mecanismos de vigilância e controle e, se possível, seu reforço. · Informação da alteração do nível de prontidão ao corpo docente, auxiliares de ação educativa e, eventualmente, grupos de ação de resposta (criados em universidades ou anos terminais do ensino médio). · Testar mecanismo para eventual necessidade de evacuação. |

| NÍVEIS | CONCEITUAÇÃO | EIXOS CENTRAIS DE ATUAÇÃO |
|--|---|---|
| Cód III - Alerta/ Emergência - NÍVEL VERMELHO | Situação marcada pelo início da ocorrência ameaçadora ou sua comprovada iminência | <ul style="list-style-type: none"> · Ativação de protocolos de comunicação com familiares, comunidade e mídia previstos no plano de contingência. · Ativação de funcionamento ininterrupto da Unidade de Gestão Operacional, que deverá implementar plano de ação previamente desenhado. · Ativação de ações operacionais previstas no plano de contingência para este nível de prontidão. · Contato e ativação de instituições municipais/estaduais/federais associadas a respostas à situação de violência extrema. · Eventual passagem do comando para instituição policial acionada e chegada ao local. · Eventuais operações de evacuação. |
| Cód IV - Recuperação - NÍVEL AZUL | Situação referente ao que é necessário fazer após a superação da situação ameaçadora. | <ul style="list-style-type: none"> · Elaboração pela Unidade de Gestão Operacional de plano de ação para recuperação, de acordo com indicações do PlanCon-Edu/Agravi, características específicas do evento ocorrido e sugestões de agências e instituições parceiras. · Implementação do plano de ação, visando o retorno, tão breve quanto possível, à situação de normalidade. · Ativação de protocolos de comunicação com familiares, comunidade e mídia, conforme previsto no plano de contingência. · Análise da efetividade do PlanCon-Edu/Agravi e eventual necessidade de ajustes. · Desativação do PlanCon-Edu/Agravi. |

O QUE É GOVERNANÇA?

É um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, que servem para avaliar, direcionar e monitorar a condução de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade. O fortalecimento da governança para a gestão de riscos e de desastres é necessária e promove a colaboração e parcerias interinstitucionais para a implementação de instrumentos de redução de riscos e gerenciamento de desastres.

No âmbito do PlanCon-Edu/Agravi, isto deve ocorrer mediante a intermediação entre o grupo das dinâmicas operacionais, da Unidade de Gestão Operacional (junto ao Sistema de Comando Operacional) e do Monitoramento (que inclui o Sistema de Vigilância e Comunicação e Sistema de Alerta e Alarme), aumentando assim a confiança e a capacidade de colaboração entre os entes envolvidos.

O QUE SÃO AS DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS - DAOP?

São todas as ações necessárias para trabalhar o nível operacional de resposta do PlanCon, considerando os níveis de mobilização, assim como a capacitação, o treinamento e os simulados.

Compreendem os procedimentos, os planos de ação e os protocolos a serem implementados, sendo que todos os aspectos incluídos em legislação e determinações pertinentes devem ser considerados.

As dinâmicas ou ações operacionais devem ser pensadas e elaboradas para cada nível de mobilização, especificamente para a fase de Resposta e, posteriormente, a fase de Recuperação. Por considerar a dinâmica do evento, em qualquer uma das fases podem ser necessárias alterações ou adensamentos nas dinâmicas e ações.

A organização das dinâmicas e ações operacionais, embora seguindo o mesmo padrão geral, assume características específicas em cada situação concreta.

O Plano de Contingência tem como objetivo ser um instrumento prático levando à ação imediata em todos e quaisquer eventos que necessitem sua operacionalização. Nesse sentido, faz-se necessário o detalhamento das ações, a indicação de responsáveis e os procedimentos adotados em cada ação, de forma a proporcionar uma consulta rápida e facilitada, contribuindo assim para a tomada de decisões.

Recomenda-se a elaboração de quadros com as dinâmicas de ações, tabelas, esquemas, fluxogramas e outras representações gráficas, bem como esquemas da operacionalização de certas medidas no território concreto de cada unidade educativa e em cada modo específico de funcionamento, para facilitar a sua compreensão e a sua visualização.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE PROTOCOLOS, PROCEDIMENTOS E PLANO DE AÇÃO?

Protocolo é o conjunto das informações, decisões, normas e regras definidas a partir de um ato oficial. Pode variar desde um conjunto de formalidades públicas até critérios a serem cumpridos na execução de determinada atividade. São todos os procedimentos padrões e obrigatórios a serem executados para completar determinado processo ou atingir a finalidade pretendida.

Procedimento é o modo como algo é executado, ou seja, como é feito o processo de determinada coisa. É a maneira como alguém deve agir numa situação específica. O conceito de procedimento pode ser aplicado em diferentes áreas que necessitem do cumprimento de uma ordem para a correta execução de um processo.

Plano de Ação é uma forma organizada e que segue uma metodologia definida para estabelecer as metas e os objetivos, as atividades que deverão ser realizadas, apontar os responsáveis por desenvolver cada uma delas e acompanhar o andamento de um projeto, para que se possa atingir os melhores resultados.

QUAIS SÃO AS DAOP PREVISTAS NO PLANCON-EDU/AGRA-VI?

As Dinâmicas de Ações Operacionais (DAOP) previstas para operacionalização do PlanCon-Edu/Agravi envolvem:

- a. **DAOP Administração e Gestão** - referente aos procedimentos administrativos formais e ações de gestão durante os níveis de prontidão.
- b. **DAOP de Comunicação e Informação** - referente a todo o processo de informação e comunicação interna e externa, essencialmente, durante os níveis de prontidão.
- c. **DAOP de Proteção, Enfrentamento e Socorro** - referente a todo o processo de ativação dos protocolos de segurança (FEL), acionamento das equipes de resposta (guarda municipal, polícia militar, polícia civil, etc.) e de eventuais ações desencadeadas por forças de segurança e outros agentes externos, até que a ameaça seja contida/superada.
- d. **DAOP de Reabilitação** - referente ao período imediatamente posterior ao controle/superação da ameaça, ou mesmo após a ocorrência de uma situação crime, visando minimizar e, desejavelmente, reparar/superar os impactos sentidos e criar condições para um retorno à normalidade.
- e. **DAOP de Capacitação, Treinamento e Simulados** - referente em geral ao nível de normalidade, ou seja, o momento para planejar as comunicações de risco, de desastre, bem como preparar simulados, que vão apoiar por sua vez, as avaliações e atualização do Plano como um todo.

QUAL A FERRAMENTA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DAS DAOP?

Para as dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas, sugere-se no Plancon-Edu/Agravi uma adaptação da ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são: W1) por quê será feito?; W2) o que será feito?; W3) onde será feito?; W4) quando será feito?; W5) quem o fará?. Os dois H: H1) como será feito?; H2) quanto custará?, sendo que para efeito do PlanCon-Edu/Agravi propõe-se o uso de todos os 5W e do H1, já que o H2 se aplica somente a questões de planejamento relativas, por exemplo, a capacidades a instalar. Este modelo poderá ser adaptado e detalhado conforme características de cada unidade educativa.

O QUE SIGNIFICA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ?

Refere-se aos procedimentos administrativos formais e ações de gestão durante os níveis de prontidão.

É o gerenciamento referente a todo o conjunto de protocolos, procedimentos e práticas necessárias quanto a gestão normativa, administrativa e orçamentária para atuação nas situações de emergência e pós emergência, bem como para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as pessoas ou recursos humanos, incluindo ações

de treinamento, seleção de pessoal para atuar junto à estrutura de comando operacional, desde a ativação e desativação do Plano de Contingência (PlanCon-Edu/Agravi), bem como ativação e desativação da Unidade de Gestão Operacional (UGO).

O QUE CONSIDERAR NO QUESITO ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ?

Considerar aspectos referentes a ativação e desativação do Plano de Contingência (PlanCon-Edu/Agravi), bem como ativação e desativação da Unidade de Gestão Operacional (UGO).

O QUE SIGNIFICA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO?

A comunicação compreende o como (material online, impressos, etc.) e a duração (pontual, como um comunicado oficial, ou duradoura, a exemplo de uma campanha) do que será comunicado. A informação refere-se ao que será comunicado. No âmbito do Plancon-Edu/Agravi a gestão da crise deverá ser norteadas por mecanismos/medidas de informação e comunicação externa e interna, que deverão balizar o processo de gestão nos seus diferentes cenários de risco.

QUAIS SÃO AS DIRETRIZES GERAIS PARA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO?

1. INTRODUÇÃO

A Comunicação de Risco é um processo interativo de troca de informações e opiniões entre os indivíduos, grupos e instituições, que frequentemente envolve várias mensagens sobre a natureza do risco ou expressa preocupações e opiniões legais e institucionais sobre a gestão do risco.

Trata-se do gerenciamento de espaços, formais e informais, que garantam diálogo entre as partes interessadas, transparência das informações, utilização de canais de comunicação adequados à realidade local, qualificação da comunicação, e variedade e frequência de mensagens apropriadas a cada situação.

A gestão de desastres/emergências exige um plano de comunicação bem estruturado e consistente, visto que elas afetam a imagem da organização e a comunicação tornou-se um dos mais importantes pilares, porque, quando a comunicação é bem feita, ela contribui para minimizar os prejuízos à imagem e à reputação da organização.

Os colaboradores de uma entidade envolvida em uma emergência, se bem informados sobre o cenário real e pormenores pelo qual a instituição está atravessando, sentem-se psicologicamente seguros e podem ajudar na divulgação das estratégias da instituição para outros públicos, e pessoas de fora dos seus limites.

No âmbito da unidade de gestão Operacional/Comitê de Crise, ou do Sistema de Comando em Operações, a comunicação e a informação descreve sistemas e métodos que ajudam a garantir que as equipes de resposta e as pessoas da retaguarda, responsáveis pelo

planejamento e processo decisório, tenham os meios e as informações de que precisam para tomar boas decisões e comunicar informações adequadamente.

Durante a crise, não é o momento de passar informações vagas, deixe claro todas as medidas que a instituição vem adotando. É importante que as informações sejam atualizadas à medida que novas diretrizes e acontecimentos ocorram, e sejam difundidas para todos os níveis operacionais. O silêncio pode parecer descaso, tanto para o público interno quanto para o externo, por isso, ambos devem ser abastecidos de informações, a fim de que tenham segurança de que algo está sendo feito, e o mais importante nesta relação, que tenham a percepção “de cuidado” da instituição.

2. OBJETIVOS

Estas diretrizes se destinam às atividades de Comunicação de Risco e de Desastres com o objetivo de auxiliar no processo de conhecimento do plano de contingência, facilitando que toda a comunidade educativa e a comunidade em geral tenha conhecimento das medidas a serem tomadas e como podem contribuir para disseminar informações corretas e adequadas.

3. ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES

3.1 Comunicação de Risco

- Dar ampla divulgação sobre as políticas de prevenção à violência da escola, com informações claras e atualizadas;
- Estabelecer canal exclusivo e interno, no âmbito da unidade educativa, constituído por pessoas de referência, capaz de articular a comunicação entre a equipe gestora, profissionais da educação, multiprofissionais e equipe de segurança escolar, atendendo às diretrizes da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola do Estado de Santa Catarina (2018). A rede de comunicação poderá recepcionar as preocupações sobre possíveis ameaças, abusos e violências, garantindo o anonimato, gerando encaminhamentos a rede de saúde e a rede de assistência para atendimento prioritário, bem como as forças de segurança pública quando houver relato de violência ou ameaça de violência que exija repressão imediata ou investigativa.
- Combater disseminação de fake news tendo em vista que a comunicação falsa de crimes geram pânico, sobrecarregam sistemas de emergência e atrapalham investigações;
- Criar um sistema pelos quais o público interno e externo possa fazer quaisquer perguntas e obter respostas rápidas;
- Criar estratégias de comunicação preventiva instrumentalizando a comunidade educativa para promover e intensificar ações permanentes sobre:
 - » a cultura da paz;
 - » enfrentamento ao bullying e cyberbullying;
 - » comunicação não violenta;
 - » práticas restaurativas;
 - » programa Saúde na Escola;

- » a valorização do professor;
- » respeito à diversidade religiosa e étnico-racial, migrantes, comunidade LGBTQIA+, entre outras diversidades.

- » combate e prevenção da disseminação de notícias falsas;
- » violações de direitos ocorridas nas redes sociais;
- » entre outros

- Criar uma rede e estabelecer um fluxo de comunicação das unidades educativas com os serviços de segurança pública locais para acionamento em situações que exijam intervenção externa, assim como das intervenções provenientes de investigação da segurança pública.

- Informar adequadamente e de forma prática, utilizando-se de materiais informativos, os estudantes e a comunidade escolar sobre a correta utilização dos canais de comunicação e denúncia acerca de comportamentos violentos dentro e fora da unidade educativa (inclusive em redes sociais).

- Divulgar na comunidade escolar os canais de denúncia, explicitando as situações e comportamentos considerados preocupantes no âmbito de ocorrências de violência, atos discriminatórios à diversidade humana, e de sinais de aproximação a grupos extremistas, incluindo aqueles que possam causar eventos de ameaça grave à vida.

- » [PCSC \(https://sistemas.pc.sc.gov.br/sud/sos_escola/#/\)](https://sistemas.pc.sc.gov.br/sud/sos_escola/#/)

- » Secretaria de Educação (Ouvidoria) = Telefone: (48) 3664-0282 / 3664-0043

- E-mail: ouvidoria@sed.sc.gov.br

- » [Ministério Público \(https://www.mpsc.mp.br/atendimento-ao-cidadao/representacao/\)](https://www.mpsc.mp.br/atendimento-ao-cidadao/representacao/)

- » [Governo federal em parceria com a SaferNet Brasil \(https://www.gov.br/mj/pt-br/canal-de-denuncias/escolasegura/\)](https://www.gov.br/mj/pt-br/canal-de-denuncias/escolasegura/)

- » [Defensoria Pública \(https://defensoria.sc.def.br/fale-com-a-ouvidoria/\)](https://defensoria.sc.def.br/fale-com-a-ouvidoria/)

- » Rede de Segurança Escolar (PMSC) - (48) 98843-3152

- » [Disque 100 \(https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100/\)](https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100/)

- Fornecer informações claras e atualizadas sobre as rotas de fuga, pontos de encontro e procedimentos de segurança para estudantes, professores e funcionários.

ATENÇÃO: Algumas rotas de fuga devem ser sigilosas e devem ficar restritas ao conhecimento apenas da Unidade de Gestão Operacional e responsáveis pelas DAOP.

3.2 Comunicação de desastre

- Identificar dentro da Unidade de Gestão Operacional, quem será o responsável pelas informações oficiais (definir o porta-voz para uma comunicação planejada e centralizada);

- Realizar reuniões rápidas periódicas (conforme o período operacional definido) com a liderança;

- Avaliar a passagem de comando para informar questões relevantes;

- Instituir fluxo formal através de quadros de comunicação, e-mail, intranet, boletins internos;
- Criar um sistema pelos quais o público interno e externo possa fazer quaisquer perguntas e obter respostas rápidas;
- Estabelecer a metodologia de comunicação a ser utilizada para a informação oficial das ocorrências (nota à imprensa, coletiva de imprensa, boletins informativos, etc);
- Quando for indispensável à concessão de entrevistas, é preciso que a área de comunicação treine quem será entrevistado;
- Toda a comunidade educativa deve ser orientada a não fornecer informações prévias à imprensa direcionando a comunicação oficial ao porta-voz;
- Orientar a comunidade educativa a não replicar informações que não sejam de fontes oficiais a fim de evitar a disseminação de informações falsas;
- Manter uma comunicação clara e regular com pais, estudantes, professores e funcionários da escola. Forneça informações atualizadas sobre o incidente, medidas de segurança implementadas e planos de recuperação. Isso ajudará a reduzir o medo e a incerteza nas pessoas afetadas.

Atenção: Não devem ser considerados como **público interno** somente os colaboradores da instituição. Outros profissionais com atuação direta também devem ser levados em consideração, são eles: estagiários, terceiros, consultores e fornecedores, que podem ser questionados pelo público externo, incluindo repórteres, quando tentam cercar a entidade num momento de crise, sobre “o que está acontecendo?”.

No PlanCon- Edu/Agravi, a elaboração do Plano de Ação de Comunicação deve definir o **quê** será comunicado a **quem**, a **duração** desse processo e os **meios** que serão utilizados para a sua operacionalização. A comunicação pode ser pontual ou mais duradoura. A definição de **quando** envolve datas e duração, ou seja, a elaboração de um cronograma. O **como** por sua vez, deve determinar os meios que serão utilizados para a comunicação.

O QUE SIGNIFICA PROTEÇÃO, ENFRENTAMENTO E SOCORRO?

A gestão de crises e de desastres exige um conjunto de medidas de resposta integradas e automatizadas de acordo com o tipo de desastre e sua localidade.

As ações de resposta, por sua vez, que implicam na proteção, enfrentamento e socorro, expressam as medidas de caráter emergencial, executadas logo após e durante a ocorrência da ameaça, destinadas a socorrer e assistir à população atingida e restabelecer os serviços essenciais.

QUAIS SÃO AS DIRETRIZES GERAIS PARA PROTEÇÃO, ENFRENTAMENTO E SOCORRO?

1. INTRODUÇÃO

O processo denominado de proteção, enfrentamento e socorro que corresponde a “Resposta”, abrange o fornecimento de serviços de emergência e assistência pública durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre, com o propósito de salvar vidas, reduzir impactos, garantir a segurança pública e satisfazer as necessidades básicas de subsistência da população afetada.

As ações de resposta compreendem normalmente as seguintes atividades: o controle de sinistros, o socorro e a assistência à população afetada; a reabilitação inicial dos cenários afetados.

Ações de socorro são aquelas ações imediatas de resposta aos desastres, com o objetivo principal de socorrer a população atingida.

Para a ameaça grave à vida recomenda-se o uso do protocolo “FEL” (Fugir, Esconder e Lutar), adaptado para cada unidade educativa e para faixas etárias diferentes.

2. OBJETIVO

Definir as diretrizes de resposta (proteção, enfrentamento e socorro) relacionados à ameaças graves à vida em unidades educativas no estado de Santa Catarina.

3. ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES

- Assim que possível ligue para a emergência para alertar sobre a localização do invasor (quanto menos tempo as equipes de resposta demorarem, mais vidas serão salvas);
 - » Polícia Militar (190);
 - » Polícia Civil (181);
 - » Corpo de Bombeiros (193);
 - » SAMU (192);
 - » Caso haja Guarda Municipal também pode ser acionada.
- Se você não pode falar, envie textos, use as redes sociais, compartilhe sua localização e deixe a linha aberta para que as pessoas e a polícia ouçam tudo que está acontecendo no ambiente;
- Emitir um alarme interno:
 - » Utilizar o botão de pânico, se a escola tiver;
 - » Instituir um alarme sonoro ou de voz padrão.
- Utilizar o protocolo “FEL” como meio de proteção à vida e mitigação de danos:
 - » Fugir/Evacuar;
 - » Esconder/Proteger;
 - » Lutar.

3.1. Protocolo FEL

- Conheça previamente os locais seguros, as rotas de fuga, as saídas de emergências, os objetos disponíveis que você possa utilizar para se defender, etc;
- Tome nota das duas saídas mais próximas de você, em qualquer instalação que você visitar (sala, pátio, ginásio, etc);
- Importante realizar treinamento para o protocolo “FEL” com instituições de segurança;
- As ações quando envolvem crianças deverão ser coordenadas por um professor ou adulto responsável;
- Para a última etapa do protocolo representado pelo “L” (Lutar) recomenda-se não ser usado para crianças (segundo o ECA de 0 a 12 anos completos); para adolescentes (13 a 17 anos) recomenda-se a defesa e o trabalho coletivo de proteção; e para adultos aplicação do protocolo na íntegra.

Na Prevenção Escolar, a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) desenvolve ações permanentes para evitar desordens e crimes nas escolas. O vídeo a seguir apresenta simulados de evacuação e procedimentos alinhados ao “FEL” dentro do Programa Rede de Segurança Escolar: [Link: https://www.youtube.com/watch?v=DPQbTJ-zHiM](https://www.youtube.com/watch?v=DPQbTJ-zHiM)

3.1.1. Fugir/Evacuar

- Use mentalmente esse método e analise a situação:
 - » É possível fugir/evacuar? Se sim:
 - » Para onde vou? (local seguro)
 - » Por onde vou? (qual o itinerário mais seguro/rota de fuga)
 - » Como vou ? (abaixado, rastejando, correndo)
 - » Quando vou? (qual o melhor momento)
- Se houver um caminho de escape acessível, tente evacuar as instalações;
- Saia o mais rápido possível e tenha em mente uma rota de fuga pré estabelecida (evite sair pelo acesso principal do prédio);
- Evacue independente de outros concordarem em te seguir;
- Ajude outros a escapar, quando possível;
- Não tente mover pessoas feridas;
- Deixe seus pertences para trás;
- Se possível, tente levar seu celular, mas o silencie imediatamente, para que o invasor não o localize facilmente;
- Mantenha suas mãos visíveis para que os policiais não o confundam com o invasor;
- Siga as instruções dos policiais;

- Quando for possível, ligue para a emergência (mas a prioridade é se colocar em um lugar seguro).

3.1.2. Esconder/Proteger

- Se a fuga ou evacuação não for possível, encontre um lugar para se esconder onde o agressor não possa lhe encontrar facilmente;

- Seu esconderijo pode ser um local preestabelecido (procure identificar alguns em sua escola) e se possível fornecer proteção se tiros foram disparados em sua direção (um cômodo de alvenaria, por exemplo, ou até mesmo blindado);

- Se não for possível ir para o local preestabelecido e você estiver em uma sala, fique lá, se você está em um corredor, entre em uma sala;

- Procure fechar e bloquear todas as janelas, portas (se possível, use móveis pesados);

- Desligue todas as luzes;

- Desligue qualquer fonte de ruído (Ex: rádios, televisores, etc);

- Silencie imediatamente seu celular (pois com o som o invasor pode localizá-lo);

- Evite ficar todos juntos porque serão um alvo único (procurem se tornar alvos múltiplos);

- Se possível, permaneça em duplas porque o apoio de um colega é importante;

- Esconda-se atrás de peças grandes (ex: armários, mesas, etc) que possam protegê-lo;

- Proteja sua cabeça e seus órgãos vitais (deite-se na posição fetal, cobrindo a cabeça);

- Permaneça no local até que as autoridades digam que está seguro sair;

- Vozes desconhecidas podem ser o atirador tentando atrair vítimas de seu lugar seguro. Não responda a nenhum comando de voz até que você possa verificar com certeza que eles são da equipe de emergência;

- Evite se prender ou restringir suas opções de escape (se possível, se esconda em um local com rotas alternativas de fuga);

- Quando for possível, ligue para a emergência (mas a prioridade é se colocar em um lugar seguro).

3.1.3. Lutar

- Se a fuga/evacuação e o esconder não forem possíveis, permaneça calmo e tome decisões, essa é a pior e última alternativa, só o faça se sua vida estiver em iminente perigo;

- Prepare-se mentalmente para fazê-lo, nossa natureza não é de lesionar ou matar alguém,

mas precisaremos neutralizá-lo e teremos que empregar toda energia nessa tarefa;

- Se possível, coloque alguma proteção sobre seu corpo/peito, isso servirá para diminuir as chances de você ser atingido, e improvise armas (cadeira, mesa, lata de lixo, tesouras, extintores, etc);

- Se possível, ataque em grupo e por direções diferentes e grite o mais alto possível;

- Só pare quando ele estiver totalmente neutralizado/imobilizado, sabemos que é difícil mas dessa atitude depende sua vida e das pessoas que estão ao seu redor.

3.2. Como responder e reagir quando a equipe de emergência chegar

- Mantenha-se calmo e siga as instruções das equipes de emergência;

- Coloque no chão quaisquer itens que estejam nas suas mãos (objetos, papéis, sacos, jaquetas, etc);

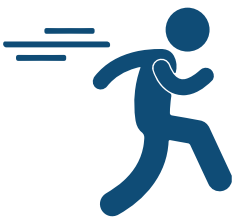


- Imediatamente levante as mãos e abra os dedos e mantenha as mãos sempre visíveis;

- Evite fazer movimentos em direção à equipe de emergência como agarrá-los ou abraçá-los.

- Informações a fornecer aos policiais:

- » localização do invasor;
- » número de invasores, se mais de um;
- » descrição física do(s) invasor(es);
- » número e tipo de armas que os invasores possuem;
- » número de vítimas potenciais e, se possível, a localização.

Em síntese:

| | | |
|--|--|--|
|  |  |  |
| FUGIR | ESCONDER | LUTAR |
| Se o caminho seguro estiver disponível: | Se não for seguro fugir, ESCONDA-SE: | Se sua vida estiver em perigo, LUTE! |
| <ul style="list-style-type: none">· Não hesite, SAIA!· Deixe seus pertences· Não tente mover pessoas feridas | <ul style="list-style-type: none">· Fique quieto e silencie seu celular· Bloqueie as entradas e tranque as portas· Fique fora da vista do agressor | <ul style="list-style-type: none">· Tente imobilizar o agressor· Use um objeto como arma, IMPROVISE!· Lute apenas se for a sua única opção |

O QUE SIGNIFICA REABILITAÇÃO?

Ações de reabilitação expressam as medidas desenvolvidas após a ocorrência de um desastre/crise, destinadas a restabelecer a normalidade social que abrangem a reconstrução de infraestrutura e a recuperação das condições psicossociais, ambientais, e de bem estar para o retorno da normalidade.

Após a ocorrência de uma ameaça grave à vida com agressor ativo em uma unidade educativa, é essencial tomar medidas para garantir a recuperação da infraestrutura, reabilitar e cuidar das pessoas afetadas, direta e indiretamente, a fim de retomar um clima de segurança.

O QUE CONSIDERAR NO QUESITO REABILITAÇÃO?

Na Reabilitação pode ser solicitado à PMSC a visita e avaliação pós crime, bem como a Avaliação da percepção do medo do crime; Restabelecer e proceder a ressignificação do espaço físico quando da ocorrência de um desastre; Restabelecer a sensação de segurança (policciamento e rondas); Mapear e incrementar as equipes especializadas no acolhimento a vítimas e testemunhas de violência no âmbito do SUAS, do SUS, da educação e organizar a oferta e a definição de fluxos de encaminhamento de pessoas e famílias para atendimento nas respectivas políticas públicas e serviços correspondentes, bem como publicizar tais equipes, fluxos e protocolos, sobretudo aos órgãos de fiscalização; Criar espaços de acolhimento e ações de atendimento de recuperação em escolas vítimas de ameaças e atentados.

No âmbito da Assistência Social:

- Ativar o PlanCon-AS, de modo a atuar em articulação com as equipes de pós-crime, educação, saúde e comunidade.

No âmbito da Educação (Gestor da Política Pública Estadual, Municipal, Federal e/ou Mantenedora):

- Avaliar a infraestrutura danificada: uma avaliação completa dos danos à infraestrutura da escola e dos sistemas preventivos contra incêndio, as quais devem ser feitas por especialistas em engenharia e segurança para inspecionar as instalações e identificar quaisquer riscos remanescentes. Isso ajudará a determinar as ações necessárias para reparos e reconstrução.

- Disponibilizar uma equipe de limpeza especializada, após a autorização e liberação da polícia militar, se houver necessidade de limpar a unidade educativa de quaisquer resíduos ou vestígios do incidente que disponha de conhecimento e os recursos adequados para realizar essa tarefa com segurança.

No âmbito do Gestor da Unidade Educativa:

- Priorizar a segurança: Antes de qualquer ação de recuperação, há necessidade de certificar-se de que a área esteja segura. Colaborar com as autoridades locais e especialistas em segurança para garantir que todas as medidas necessárias tenham sido

tomadas para evitar novos incidentes.

- Manter uma comunicação clara e regular com pais, estudantes, professores e funcionários da escola. Informações atualizadas sobre o incidente, medidas de segurança implementadas e planos de recuperação. Isso ajudará a reduzir o medo e a incerteza nas pessoas afetadas.

- Estabelecer um plano de recuperação abrangente que inclua cronogramas, orçamentos, recursos humanos e materiais necessários para reconstruir e reparar a infraestrutura danificada. Considerar também a implementação de medidas adicionais de segurança, como câmeras de segurança, sistemas de controle de acesso e treinamento em segurança para funcionários.

O QUE SIGNIFICA CAPACITAÇÃO, TREINAMENTOS E SIMULADOS?

Capacitação - é o processo de assimilação de conhecimentos que prepara uma pessoa para realizar atividades com mais autonomia e independência. É focada no desenvolvimento de novas competências, essenciais ou estratégicas para as pessoas e/ou organizações.

Treinamento - refere-se ao processo de aquisição de conhecimento, habilidades e competências como resultado de formação profissional ou do ensino de habilidades práticas relacionadas à competências úteis específicas das suas tarefas.

Simulados - visa preparar pessoas (equipes, agências, comunidades e outras pessoas) para a resposta. Para que sejam efetivos e preparem as comunidades para futuros eventos, é fundamental que não sejam desenvolvidos como ações isoladas, e sim integrados a um processo de gestão local de riscos, e de capacitação permanente de comunidades e profissionais. Trata-se, portanto, de colocar em prática o plano previsto no documento final, com os objetivos de:

- Treinar todos os envolvidos para a realização de seus papéis;
- Revisar e atualizar o documento final a partir das constatações de simulado de campo.

Podem ser organizados de diversas maneiras, envolvendo todos os grupos e todas as ações previstas no plano de contingência, ou apenas parte delas, com conhecimento prévio dos envolvidos ou sem conhecimento de quando e onde será o simulado. Quanto às modalidades os simulados podem ser de inclusão/virtual, externos, internos e de acionamento.

Gerenciamento de ações para treinamentos rápidos envolvendo os atores do sistema, para que estejam aptos a lidar com as ações propostas.

QUAIS SÃO AS DIRETRIZES GERAIS PARA CAPACITAÇÃO, TREINAMENTOS E SIMULADOS?

1. INTRODUÇÃO

A capacitação e o treinamento são o modo de garantir o desenvolvimento de habilidades. A capacitação tem o intuito de ensinar novas habilidades e deixar o usuário pronto para desempenhar determinada função. O processo de treinamento é a forma de preparar um indivíduo com o objetivo de melhorar o que ele já sabe e garantir o aperfeiçoamento de suas habilidades.

Recomenda-se a capacitação tanto das equipes que compõem as Unidades de Gestão Operacional (Sistemas de Comando Operacionais- SCO/ Comitês de Crise), bem como da comunidade educativa (estudantes, professores, servidores e familiares), a fim de esclarecer dúvidas e apresentar as diferentes etapas do plano de contingência, e a organização das dinâmicas e ações operacionais. Além das capacitações, consideram-se também importantes os treinamentos, incluindo a realização de simulados de algumas ações (validação dos protocolos) realizadas em regiões/municípios/unidades educativas.

O plano de contingência também precisa ser validado e para tanto, a realização de exercícios simulados é uma condição fundamental para avaliar as ações e procedimentos planejados e suas reais condições de execução, fazendo ajustes e correções, se necessário, para adequar o plano de contingência ao alcance de seus objetivos e finalidade.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Nortear as ações de capacitação e treinamento, a realizar em unidades educativas do Estado de Santa Catarina, visando a preparação das equipes de gestão e da comunidade educativa, para o enfrentamento à ameaça grave à vida, em direta relação com a elaboração do PlanCon-Edu/Agravi.

2.1. Objetivos Específicos

- Contribuir para a formação regular e continuada relacionada com a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, de responsabilidade das mantenedoras da rede educacional;
- Contribuir com a capacitação específica para os envolvidos na elaboração do PlanCon-Edu/Agravi, nas regiões do estado e unidades educativas;
- Nortear a elaboração das Dinâmicas e Ações Operacionais relacionadas à Capacitações, Treinamentos e Simulados, a serem realizados nas unidades educativas;
- Contribuir com o treinamento para a implementação das ações planejadas no PlanCon-Edu/Agravi da unidade educativa.

3. ESTRATÉGIAS E ORIENTAÇÕES

Recomenda-se a adoção das seguintes estratégias e orientações visando a capacitação e treinamento das equipes:

3.1. Capacitação regular e continuada alinhada com a Política de Educação, Prevenção e Atenção às Violências na Escola (em toda a etapa de normalidade)

a) Elaboração de Planos de Capacitação Regionais e das Unidades Educativas (articulados) de implementação da Política de Educação, Prevenção e Atenção às Violências na Escola (PEPAVIE);

b) A elaboração e implementação dos referidos Planos devem ser de responsabilidade das redes de ensino (pública - estadual e municipal; privada, federal, entre outras), bem como das instituições de ensino superior e técnico.

c) Os referidos Planos deverão basear-se nas orientações da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola e do Caderno Pedagógico: reflexões para a implementação da política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola / Diretoria de Educação Básica e Profissional – Florianópolis: DIOESC, 2015.

d) Assim, os Planos de Capacitação deverão, no mínimo, englobar os seguintes tópicos:

- » Conflitos na unidade educativa: aprendendo com eles;
- » A unidade educativa como mediadora de conflitos;
- » Violências na unidade educativa: lidando com elas;
- » Caracterizando as práticas de violências na unidade educativa;
- » Procedimentos da unidade educativa para o enfrentamento às violências;
- » Unidade educativa e famílias, parceria fundamental no enfrentamento das violências na unidade educativa;
- » Sugestões de estratégias para a prevenção das violências;
- » Para saber mais: [um olhar para o cyberbullying](#).

e) Estando essencialmente voltados para os estudantes, os planos deverão prever ações voltadas para os auxiliares e ação educativa e, para serem efetivos, deverão ser antecedidos de uma formação curta específica para todos os professores;

f) Deverão ser elaborados relatórios de avaliação das ações realizadas.

3.2. Capacitação específica para elaboradores do PlanCon-Edu/Agravi

a) Oportunizar a capacitação da equipe responsável pela elaboração do Plano de Contingência da Unidade Educativa, baseado no Modelo PlanCon-Edu/Agravi e no Caderno de Apoio;

b) Proceder à articulação e a integração intersetorial com instituições envolvidas na elaboração do Modelo (Defesa Civil, Educação, Polícia Militar, etc.) para a realização das capacitações e treinamentos para elaboração do PlanCon-Edu/Agravi;

c) Sugere-se uma formação em cascata, do gênero da que foi realizada para o PlanCon-Edu/Covid-19 (unificada ou diferenciada por níveis, diferenciando educação infantil e pré-escola, ensino fundamental; ensino médio; jovens adultos e superior).

3.3. Capacitação e Treinamento para implementação do PlanCon-Edu/Agravi na unidade educativa

a) Promover, de forma integrada, a capacitação e treinamento dos integrantes da comunidade educativa envolvidos na gestão da crise;

b) Desenvolver Capacitação e Treinamento para grupos específicos: Gestores, Professores, Auxiliares de Ação Educativa, Grupos de Vigilância, estudantes, familiares, etc, relativos às dinâmicas e ações operacionais a implementar, que serão da responsabilidade de profissionais a selecionar;

c) Capacitação e Treinamento para responsáveis das unidades educativas que irão integrar as Unidades de Gestão Operacional/Comitês de Crise, incidindo sobre as principais funções a serem desenvolvidas, componentes e dinâmicas de Sistema de Comando de Operações - SCO e governança;

d) Desenvolver programas de capacitação para os estudantes e para os professores e servidores que não integrem a UGO/SCO, focando nas respostas comportamentais esperadas para cada segmento da comunidade educativa, mediante cada uma das categorias de medidas adotadas no enfrentamento da ameaça grave à vida na unidade educativa;

e) Proceder à articulação e a integração intersetorial com instituições de segurança (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, etc.) para a realização das capacitações e treinamentos, uma vez que, durante as ações de resposta, essas instituições serão acionadas;

f) Promover a Capacitação e Treinamento para toda a comunidade escolar para aplicação do Protocolo de Resposta FEL (Fugir, Esconder ou Lutar), com ações de evacuação; de contenção; de autoproteção; etc.;

g) Adotar rotinas regulares de capacitação e treinamento dos estudantes e servidores com ênfase nas orientações, protocolos, diretrizes, dinâmicas e ações operacionais estabelecidas, sempre em linguagem acessível para toda a comunidade educativa.

3.4. Simulados

Exercício Simulado de Desastre é uma atividade prática que implica simulação, mais realista possível, de um desastre provável, para fins de capacitação ou treinamento das equipes, ou de teste e aperfeiçoamento de normas, procedimentos e planejamento (PRC. OP.054.1901 CIGERD/DCSC).

Os principais objetivos do exercício simulado são:

- » Treinar todos os envolvidos na execução prática de suas tarefas e responsabilidades;
- » Avaliar as ações e procedimentos planejados e suas reais condições de execução;
- » Ajudar a comunidade educativa a se sentir mais preparada e segura em como agir de forma eficaz;
- » Se necessário, fazer ajustes e correções para adequar o plano de contingência ao

alcance de seus objetivos e finalidade.

Os exercícios simulados poderão ser organizados e realizados de diferentes formas, de acordo com a realidade de cada unidade educativa, das faixas etárias envolvidas e da evolução do processo de implantação do plano de contingência, por exemplo:

» de forma parcial: avaliar dinâmicas e ações operacionais específicas (de resposta, de comunicação, de gestão, de acionamento do Plano, de Alarme, etc); ou somente com a participação de alguns dos atores envolvidos, tendo como foco a equipe gestora;

» de forma completa: envolvendo diversas dinâmicas e ações operacionais, com todos os responsáveis, ou seja, com a participação da comunidade educativa, incluindo os estudantes;

» simulados de mesa/virtuais: pode ser usado maquetes ou croquis da unidade educativa, que servem para treinar e discutir os cenários hipotéticos, em um ambiente informal e sob baixo nível de estresse;

» simulado de campo: envolve mais experiência dos organizadores e demais envolvidos, pois são mais complexos, com participação de todos os envolvidos. Exigem maior atenção e cuidados redobrados por parte das equipes de organização, especialmente nas questões de segurança, uma vez que envolvem deslocamentos e a participação de pessoas vulneráveis, aumentando a possibilidade de acidentes reais durante a realização do evento.

Apesar de não existir um modelo único para orientar o planejamento e a realização de simulados, visto que as unidades educativas possuem, além de características bem peculiares, recursos de ordem financeira e capacidade de mobilização bem diferenciadas, recomenda-se que seu planejamento inclua pelo menos:

a) a definição da modalidade do exercício (se será um simulado parcial ou completo, de mesa, de campo ou de acionamento);

b) a escolha de um cenário hipotético de risco específico para reproduzir (invasão externa na unidade educativa com arma de fogo, com arma branca, etc; ataque interno de estudante, de professor, de outro servidor, etc).

c) a delimitação da área de risco escolhida para a realização do exercício simulado;

d) a definição dos objetivos do exercício, com a indicação clara de procedimentos e responsabilidades para cada um dos envolvidos;

e) a definição das ações que serão alvo de avaliação durante a realização do exercício;

f) a divulgação com antecedência do simulado junto à comunidade educativa, buscando ampliar a participação dos envolvidos no exercício simulado;

g) a definição prévia das rotas de fuga, pontos de reunião e locais de abrigo que serão usados pela comunidade educativa, considerando que as mesmas devem ser sigilosas e restritas ao grupo gestor;

i) a realização do exercício simulado propriamente dito, com a marcação dos tempos

de resposta em cada uma das etapas planejadas;

j) a realização de um encontro final com todos os envolvidos para o agradecimento pela participação, coleta de considerações por parte dos envolvidos e repasse de orientações finais;

k) a confecção de um relatório contendo observações sobre os pontos positivos e os que necessitam ser melhorados para ajustes no PlanCon-Edu/Agravi;

l) definir uma periodicidade para realização do simulado, sendo recomendado simulados anuais, buscando manter o PlanCon-Edu/Agravi sempre atualizado.

ATENÇÃO: Algumas rotas de fuga devem ser sigilosas e deve ser analisado durante a ocorrência se são válidas ou não de acordo com a situação.

Especificamente, ao que se refere ao simulado do Protocolo FEL (Fugir, Esconder, Lutar) recomenda-se quanto a faixa etária:

1) FEL completo para professores, gestores, servidores e estudantes a partir de 17 anos;

2) FE (Fugir e Esconder) para todos os professores, gestores, servidores e estudantes de 13 a 16 anos;

3) Não recomenda-se simular o FEL com estudantes de 0 a 12 anos.

Salienta-se que tais recomendações deverão ser avaliadas e adaptadas em cada unidade educativa e contexto educacional, a partir da sua realidade, sendo de responsabilidade da unidade educativa a decisão final.

Considerando as recomendações descritas neste documento, sugere-se, a partir das capacitações e treinamentos/simulados, a realização de um processo de monitoramento contínuo e avaliação periódica, visando diagnosticar possíveis ajustes necessários nas dinâmicas e ações operacionais planejadas, para a eficácia do PlanCon-Edu/Agravi na unidade educativa.

O QUE É A UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL OU COMITÊ DE CRISE?

A Unidade de Gestão Operacional estabelece como se fará a coordenação, a cada momento, da implementação das dinâmicas/ações. Trata-se de um grupo de direção e de tomada de decisão que pode, ainda, conforme a situação sofrer ajustes, e que devem estar em conformidade com as dinâmicas e ações operacionais. Importante, se possível, ter representação da comunidade acadêmica e outras organizações setoriais: saúde, educação, proteção e defesa civil, entre outras.

Ajustes ou esquemas mais complexos ou privilegiando outra estrutura organizacional podem ser considerados, mas devem, obrigatoriamente, conduzir a acertos no tipo de ações operacionais. De qualquer forma, deverá ser construído um organograma ilustrativo dessa operação.

O organograma deverá ser construído a partir do mapa conceitual horizontal de dinâmicas e ações com eventuais adaptações, indicando a direção geral, as dinâmicas/áreas e ações que foram consideradas e quem se responsabiliza por cada uma delas.

QUANDO ATIVAR E DESATIVAR O PLANO?

Destaca-se que a ativação da Unidade de Gestão Operacional, e consequentemente das medidas previstas no PlanCon-Edu/Agravi, se dará conforme a análise de cenário e com base nas situações previstas nos níveis de mobilização. Conforme exemplos a seguir:

Cód 1 - Nível Amarelo - NOTIFICAÇÃO/OBSERVAÇÃO - identificação de anormalidade no âmbito escolar, que corresponde a qualquer evidência de ameaça grave à vida que possa acontecer (ex: um estudante reporta que outro, que já frequentou a escola e ele conhece, disse em conversa que um dia destes vai na escola e que ninguém se oponha porque ele vai armado);

Cód 2 - Nível Laranja - CONVOCAÇÃO/ATENÇÃO - ações de análise comportamental dentro e fora do ambiente pelas ações de inteligência / Nepre: evidência de que alguma ação violenta está em possível preparação (ex: descoberta de uma conversa em rede social combinando invadir uma escola e matar professores). Neste caso se faz necessário acionar no plano de chamada autoridades e tomadores de decisão que possam apoiar a gestão da crise em andamento;

Cód 3 - Nível Vermelho - ALERTA/EMERGÊNCIA - ações de resposta a ocorrências de ameaça grave à vida em ambientes escolares, com atuação das agências de segurança pública e socorro: iminência ou início de ação violenta de ameaça (ex: identificação de estranhos que entraram e adotam comportamentos suspeitos, nesta situação onde se configura uma ação/crime há que se acionar as forças de segurança pública e ativar o Protocolo FEL)

Cód 4 - Nível Azul - RECUPERAÇÃO - Ações de restabelecimento da normalidade com atuação de equipes pós-crime, atendimento psicossocial, entre outros.

A desativação se dará assim que forem constatadas as condições de retorno à situação de normalidade, e será feita de forma organizada e planejada.

O QUE FAZER PARA ACIONAR O PLANO DE CONTINGÊNCIA?

Para a ativação do Plano de Contingência se faz necessário:

a) Nomear os membros da Unidade de Gestão Operacional que são tomadores de decisão, conforme organograma estabelecido;

b) Reunir os membros da Unidade de Gestão Operacional e deliberar acerca das atribuições de cada área, seja ela estratégica, tática ou operacional;

c) Delegar tarefas conforme as diretrizes estabelecidas nas dinâmicas operacionais para posterior elaboração dos protocolos/planos de ação;

d) Acompanhar a elaboração dos protocolos específicos/planos de ação e monitorá-los;

e) Estabelecer contato com as organizações de emergência e deixá-las de prontidão caso haja necessidade de acionamento imediato e urgente.

O QUE É UM PLANO DE CHAMADA?

Um Plano de Chamada é um documento que basicamente consiste em uma lista de contato atualizada com os dados dos representantes institucionais responsáveis por cada etapa da gestão do desastre.

Como um dos principais objetivos de um plano de contingência é estabelecer os componentes de um gabinete de crise voltado à resolução das ocorrências e demandas oriundas de um evento adverso, conforme a tipologia do evento e o nível de danos observados, é importante definir os tomadores de decisão, técnicos e especialistas que preferencialmente devem estar presentes.

O plano de chamada deve conter o nome, telefone, email e outros dados de contato rápido de pessoas que venham a atuar no gabinete de crise, seja como tomador de decisão ou elemento de ligação, isso vai depender do nível ou tipologia do desastre.

É importante ressaltar que esses representantes têm a autoridade ou a autorização necessária para que possam fazer contato dentro de sua instituição a fim de indicar técnicos ou outras autoridades com poder decisório para mobilizar recursos adequados para a resposta ao desastre.

ATENÇÃO: No que se refere especificamente ao PlanCon-Edu/Agravi recomenda-se que o plano de chamada esteja como anexo no plano e seja uma informação **confidencial**, a fim de evitar que qualquer pessoa tenha acesso a quem pode ser acionado, evitando possíveis “fraudes”.

EM QUE CONSISTE O MONITORAMENTO DA(S) AMEAÇA(S)?

O monitoramento consiste no acompanhamento contínuo e cotidiano de uma possível ameaça.

No PlanCon-Edu/Agravi o monitoramento de uma possível ameaça grave à vida é fundamental, pois é a partir dele que serão tomadas as decisões e posteriormente iniciadas as ações.

Serviços de inteligência, informação e comunicação são componentes essenciais no monitoramento desse tipo de ameaça, tanto para a prevenção de crises, quanto para a resposta a emergências.

O QUE É O SISTEMA DE OBSERVAÇÃO E VIGILÂNCIA?

O sistema de observação e vigilância está organizado em torno de alguns indicativos

principais:

- indicações externas provenientes de instituições de inteligência e das entidades de segurança;
- sistema de observações e controle de evidências (pessoas suspeitas, portadores de armas brancas ou de fogo, entre outros);
- informações variadas plausíveis, provenientes de diversas fontes (estudantes, familiares, funcionários, autoridades locais, entidades representativas e acreditáveis).

O QUE É O SISTEMA DE ALERTA E ALARME?

Alerta - É “um sinal, sistema ou dispositivo de vigilância que tem por finalidade alertar sobre um perigo ou risco iminente ou previsível em curto prazo, e que aciona o sentido de prontidão”(DCSC, 2018).

O **alerta antecipado** é “o fornecimento de informações antecipadas e efetivas, por meio de instituições identificadas, que permite que os indivíduos expostos a uma ameaça atuem de forma a evitar ou reduzir seus riscos e se preparem para uma resposta efetiva.” (UNEP, 2012, p. 01).

Os 4 (quatro) componentes principais da cadeia de alerta antecipado são:

- a. conhecimento dos riscos;
- b. supervisão e serviço de alerta;
- c. difusão e comunicação;
- d. capacidade de resposta.(EIRD/ONU, 2004, p.397).

O alarme é uma espécie de sinal sonoro (tipo sirene, campainha) ou dispositivo de mensagem (emitido pelo celular, por meio do envio de SMS ou mensagem por aplicativo do tipo Whatsapp ou similar) que tem por orientação alertar sobre um perigo ou risco iminente (DCSC, 2020).

Importante definir como será o acionamento de um aviso de ocorrência do evento, que deve se desdobrar em ações práticas por parte de todos os envolvidos no plano de contingência.

Especificamente no que se refere ao PlanCon-Edu/Agravi, a unidade educativa pode definir uma rotina para uso dos alarmes, padronizando um sinal intermitente que represente uma situação de ameaça grave à vida, que deverá ser diferente de um alarme para incêndio, por exemplo.

Deve-se definir a equipe ou o responsável com os dispositivos para dar o alerta sempre que os meios de monitoramento apontarem alterações, ou seja, após constatada situação de risco ou alteração do nível de risco. Inclui também situações específicas nas quais há necessidade de comunicação imediata no local de evento. Salienta-se que os níveis de alertas merecem ser constantemente monitorados pela equipe gestora e órgãos responsáveis.

EM QUE CONSISTE A AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO?

A avaliação é constituída por mecanismos que possibilitam acompanhar e controlar, sistematicamente, as ações. Mede os ganhos e alcances das ações planejadas; acompanha decisões, procedimentos e adesão às medidas estabelecidas. A avaliação possibilita a ocorrência de alterações, de retomada e manutenção do foco, e possibilita obter conhecimento sobre o problema inicial, os processos utilizados, os recursos e a gestão realizada.

É necessário avaliar os resultados advindos de um exercício simulado, verificar o quanto o PlanCon-Edu/Agravi pode e deve ser melhorado, e proceder sua atualização, considerando que a dinâmica deste tipo de ameaça é extremamente complexa, exigindo que a execução de ações mitigatórias e o planejamento de ações de preparação se torne tarefa contínua na unidade educativa. A atualização possibilita rever todos os passos e tarefas avaliando as boas práticas, e o que deve ser melhorado de maneira a ter em mãos um Plano adequado e aplicável à realidade.

Importante salientar que além da revisão, que ocorre após os simulados, é possível, ainda, prever a realização de revisões programadas em período não superior a 1 ano, as quais devem ocorrer de forma periódica buscando manter o plano de contingência sempre atualizado. Para isso, é recomendável que se especifique os prazos de revisão e seus responsáveis, podendo ser realizada anualmente quando da realização do planejamento pedagógico anual no âmbito da unidade educativa.

Recomenda-se que após a realização de qualquer exercício simulado (independente da modalidade escolhida), seja preparado um relatório escrito para o registro formal do treinamento e sua avaliação, para fins de arquivamento e consulta em atividades futuras. Lembre-se de que, por melhor que seja sua preparação, nem toda crise ou desastre poderá ser evitada! Estar preparado e pronto para responder emergências é responsabilidade de todos.

PARTE II - CONCEITUAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA(S) E SEGURANÇA ESCOLAR¹

Nesta parte do documento, trabalharemos com conceitos específicos dos contextos escolares e organizaremos, ao final do documento um glossário onde se apresentam as definições mais recorrentes, necessárias à escola como conhecimento sobre as violências.

O QUE SÃO VIOLÊNCIAS?

As violências, por se constituírem em fenômeno complexo e multifacetado, pertencem a distintos campos de saberes, que reivindicam e lhes acrescentam elementos peculiares, como por exemplo a quem se direcionam: idosos, crianças, mulheres, etc. Outros a conceituam por sua forma: violência física, violência sexual, maus-tratos, nesta perspectiva vamos adotar a definição da OMS (2002);

“uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

O mais importante, entretanto, é compreender os fenômenos de violências nos processos reais, contextualizados, historicamente datados e geograficamente localizados, permitindo intervenções pedagógicas que resultam de soluções compartilhadas para situações que devem ser cuidadas por todos.

São formas verificadas de violências na escola (Charlot, 2002; Rocha, 2010; Daltoé e Ferreira 2019):

› **Violências na escola** - se produzem dentro do espaço escolar, sem ligação com a natureza e às atividades da instituição escolar.

› **Violências à escola** - ligam-se à natureza e às atividades da instituição escolar, quando os estudantes provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, entregam-se a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam.

› **Violências da escola** - violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam por meio da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (palavras desdenhosas, atos injustos ou racistas, etc).

Assim é necessário compreender os fenômenos de violências nos processos reais, historicamente datados e geograficamente localizados. Entender as violências como fenômeno complexo e multifacetado. Para construirmos soluções compartilhadas tendo como eixo central: o respeito à dignidade da pessoa humana, a gestão coletiva do cuidado, produzindo espaços de formação para uma escola pública, democrática, que abarque as diversidades culturais, sociais e econômicas.

1. **Textos editados trazidos da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola.** SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola.** Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018. 44 p. ISBN 978-85-66172-25-6.

O QUE É VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA?

Violência psicológica é entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação dos direitos de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Disponível em: </jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=760>.

O QUE É VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL?

Violência institucional é aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos, como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias, Judiciário. É perpetrada por agentes que deveriam proteger as vítimas de violência garantindo-lhes uma atenção humanizada, preventiva e também reparadora de danos. Segundo o Ministério da Saúde, violência institucional é aquela exercida no e pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Esta violência pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Ela abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições. Abaixo, alguns exemplos de como a violência institucional pode ser manifestada nos serviços de educação:

- < peregrinação por diversas unidades escolares até receber matrícula;
- < falta de escuta e tempo para as famílias e estudantes;
- < frieza, rispidez, falta de atenção, negligência;
- < maus-tratos dos profissionais para com os estudantes e seus familiares, motivados por discriminação, abrangendo questões de raça, idade, orientação sexual, gênero, deficiência física, doença mental;
- < desqualificação do saber prático, da experiência de vida diante do saber científico.

O QUE É UMA AMEAÇA GRAVE À VIDA?

No PlanCon-Edu/Agravi foi adotado o termo utilizado pela educação, como forma de violência verificada em ambiente escolar, que é o que se denominou: Ameaça Grave à Vida, abreviada no PlanCon como Agravi. Se constitui em violência, em que um ou mais indivíduos buscam ceifar vidas de crianças, adolescentes e profissionais da escola.

Nesses casos a(s) pessoa(as) que cometem o ataque denominamos agressor: [...] O agressor é aquele que vitimiza os mais fracos. Ele sente uma necessidade imperiosa de dominar e subjugar os outros, de se impor mediante o poder e a ameaça e de conseguir aquilo a que se propõe (Fante, 2005, p. 73).

QUAIS OUTROS TERMOS UTILIZADOS?

Terrorismo doméstico - É um termo que define atentados praticados por cidadãos ou residentes permanentes de um Estado contra o seu próprio povo ou governo, sem influência estrangeira, em um esforço para instilar o medo em uma população ou nas autoridades como uma tática para alcançar objetivos políticos, ideológicos ou religiosos.

As incipientes pesquisas no Brasil sobre AGRAVI, corroboram com pesquisas norte-americanas de que muitos casos se enquadram no conceito de terrorismo doméstico, mas não todos.

A Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, em seu artigo 2º estabelece que o terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

E define como atos de terrorismo no § 1º:

I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

II - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça à pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

V - atentar contra a vida ou a integridade física de uma pessoa.

Extremismo Violento Ideologicamente Motivado/Evim - A Polícia Federal define como Evim, “a divulgação de tutoriais de assassinato, vídeos de mortes violentas, de fabricação de artefatos explosivos, de promoção de ódio a minorias e ideais neonazistas, intolerância a raça, cor e religião com o fim de provocar terror social”.

O QUE É BULLYING?

Bullying vem da palavra *bully*, que significa ‘valentão’. São abusos físicos e psicológicos de um agressor contra sua vítima. “Até a década de 70, não era interpretado como violência, mas sim algo que fazia parte das relações sociais e do amadurecimento das crianças, ou até como brincadeira”, explica Cleo Fante, pesquisadora sobre o assunto. Esse ato envolve apelidos, boatos, ameaças, críticas, isolamento e agressão física.

O QUE É CYBERBULLYING?

Cyberbullying trata-se de uma modulação de *bullying* especialmente afeita a esse tempo histórico, por meio eletrônico, virtual, pois o termo *cyber* é alusivo a novas tecnologias de comunicação. Os objetivos de agredir, intimidar, humilhar, exercer dominância ou praticar chantagem sobre outro grupo ou indivíduo, próprios de *bullying*, são praticados em ferramentas de rede de internet do tipo blogs, fóruns, páginas de relacionamento e redes sociais (Facebook, Instagram, Skype, Snapchat, Twitter, etc.).

O QUE LEVA UMA PESSOA COMETER ATOS EXTREMISTAS?

As razões que levam ao cometimento de atos extremistas como esses são alvo de muitas especulações, sabemos que para alguns é uma forma de figurar no mundo, ou seja suas vidas são entendidas com tanta insignificância que recorrem a uma tentativa desesperada de obter algum valor e reconhecimento social. Outros podem estar em profundo sofrimento e desordem mental e ainda há um estreito vínculo dos agressores a imersão em redes sociais extremistas, ligadas a supremacia branca, neonazismo, ou que fomentam racismo, misoginia e homofobia, xenofobia. Fato este que leva os serviços de inteligência da Polícia Civil de Santa Catarina denominar os atos como: Crimes Ideologicamente Motivados.

EM QUE CONSISTE EDUCAR PARA A HUMANIZAÇÃO?

Educar para a humanização requer experimentar-se, auto aceitar-se, auto respeitar-se, desenvolver uma ética e zelo por si, pelo outro, pelo mundo e pelo meio ambiente, o que enseja a produção de cultura e de políticas contínuas de valorização da vida. Entende-se, assim, uma educação para e em direitos humanos, que possibilite não somente conhecimentos sobre os direitos, alcançados no campo jurídico, mas a formação consciente para o exercício desses direitos. Nesse caminho, busca-se envolver todas as pessoas na vivência e no respeito a tais direitos. Só assim é que “[...] será possível a generalização e perpetuação de crenças, valores, conhecimentos, práticas e atitudes que priorizem o ser humano” (TAVARES, 2007, p. 492). É, sobretudo, uma educação que, segundo Benevides (2000), significa a formação de uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana, com o sentido de querer uma mudança cultural.

Deve-se enfatizar que estas formas de violências se dão, na escola e contra os profissionais da educação, apresentam o espaço escolar como um lócus onde ocorrem situações de incivilidade, bullying, injustiças, indisciplina, desrespeito, intimidação, agressividade, preconceito, vandalismo e morte. Enfim, são termos que desafiam a empreender uma compreensão teórica para incorrer em menos equívocos possíveis, inclusive o de fragmentar tanto o processo a ponto de perder suas correlações” (ROCHA, 2010, p. 93).

COMO SE COMPREENDE A GESTÃO DO CUIDADO?

Para garantir uma qualidade efetiva nestas ações, o conceito de gestão do cuidado é compreendido a partir de uma perspectiva “transdisciplinar, protetiva, ecológica, ética e estética, que considera a vida como permanente sacralidade viva para sustentar, teórica e metodologicamente, todos os processos pedagógicos que se realizam na escola e nos outros lugares de convivência” (SOUSA, 2010, p. 23). Há, portanto, uma intencionalidade teórico-metodológica em problematizar a qualidade afetiva da pedagogia que estamos praticando, por meio de formações que possibilitem aos educadores criar espaços e tempos profissionais e curriculares que propiciem vivências do cuidado de si e do outro.

Uma gestão escolar que se pauta pelo cuidado há que assegurar as experiências e os saberes comunitários, reconhecendo-os como relevantes e indispensáveis, pois a gestão do cuidado é a expressão viva da gestão democrática. Dialogar com a temática da gestão

do cuidado significa, pois, desafiar a construção de uma concepção de escola como espaço de encontro e de oportunidades para se estar-junto-com, capaz de reconhecer a importância social e afetiva de todos aqueles que, de algum modo, habitam-na. O aperfeiçoamento do processo de humanização requer experimentar a autoaceitação e o autorrespeito, com ética e zelo por si e construir práticas promotoras de resiliência² que incentivam ações coletivas em busca da superação das adversidades, manifestadas na escola por meio do fracasso escolar, autoritarismos, racismos, sexismos, etnocentrismos, entre outras manifestações de violências que ferem as subjetividades.

Ao considerar a importância de uma gestão do cuidado nas instituições educativas, os educadores são desafiados a fomentar espaços de formação continuada vinculados às políticas de valorização da vida que transcendem olhares pautados em culpas, julgamentos e acusações, pois entendem as violências como um fenômeno complexo, constituído e constituidor do social. Para tanto, é preciso implicar-se no processo, visualizando como teoria e prática se inter-relacionam.

Entende-se, assim, uma educação para e em direitos humanos, que possibilite não somente conhecimentos sobre os direitos, alcançados no campo jurídico, mas a formação consciente para o exercício desses direitos. Nesse caminho, busca-se envolver todas as pessoas na vivência e no respeito a tais direitos. Só assim é que “[...] será possível a generalização e perpetuação de crenças, valores, conhecimentos, práticas e atitudes que priorizem o ser humano” (TAVARES, 2007, p. 492). É, sobretudo, uma educação que, segundo Benevides (2000), significa a formação de uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana, com o sentido de querer uma mudança cultural.

2. Habilidade para sair da adversidade, adaptar-se criativamente, recuperar-se e ter acesso a uma vida significativa e produtiva (SOUSA, 2010, p. 45).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, M.V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?**. São Paulo, 2000. Disponível em:

<https://respeitarepreciso.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Benevides-MV-2000-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-DH-de-que-se-trata.pdf>

BRASIL. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: Guia de Orientação Nº 1 (1ª Versão)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Assistência Social – Creas. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/guia_de_orientacao_creas.pdf>. Acesso em: 30 de maio. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 29 maio. 2022.

BRASIL. **Lei no 12.425, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 29 de maio. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacita SUAS: configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resultado do Censo SUAS 2012 - Banco de Dados 2012**. Brasília. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20/resultado-censosuas-2012> .

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em Contextos de Emergência Socioassistencial**. Brasília, janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Política Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Guia de orientação para a elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres**. Florianópolis:- CEPED, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Módulo de formação: elaboração de**

plano de contingência: livro base. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Módulo de Formação. Resposta: Gestão de Desastres, Decretação e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil.** 1ª Edição. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Prevenção e Preparação. **Módulo de formação: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos.** Livro base. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. **Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres.** Brasília, setembro de 2013.

CEPED. UFSC. **Gestão de Desastres e ações de recuperação:** curso de capacitação, módulo III. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-completo-1-1.pdf>

_____. **Infográfico Ciclo de Atuação da P&DC.** Florianópolis, 2021.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, v. 8, n. 4, p. 432-443, 2002

DALTOÉ, Andréia da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. **Ideologia e filiações de sentido no Escola sem Partido.** Linguagem em (Dis) curso, v. 19, n. 1, p. 209-227, 2019.

De CICCIO, Francesco e FANTAZZINI, Mario Luiz. **Tecnologias Consagradas de Gestão de Riscos.** Série Risk Management: São Paulo, 2003.

EIRD/ONU. Estratégia Internacional para Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas. **Terminologia sobre reducción del riesgo de desastres.** Suíça: ONU:2009. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologySpanish.pdf.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying.** São Paulo: Verus, 2005.

FREITAS, Mário Jorge Cardoso Coelho. **Prevenção, mitigação e preparação:** livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2017. 168 p.

GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres/coordenação Samia Nascimento Sulaiman. 1ªed. Brasília, DF: Ministério Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021.

MARGARIDA, Caroline; Débora Ferreira; Frederico Rudorff; Lisangela Albino; Mário Freitas; Regina Panceri. **Gestão de Risco de Desastres.** Florianópolis: SDC, 2013

MINAYO, M. C. de S. (2004). **A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde.** Cadernos de Saúde Pública, 20, 3, 646-647.

ROCHA, Julia Siqueira da. **Violências na escola: da banalidade do mal à banalização da pedagogia**. Florianópolis, SC: Insular, 2010

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola**. Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018. 44 p. ISBN 978-85-66172-25-6

SOUSA, Ana Maria Borges de. **Módulo 1: Gestão do cuidado e educação biocêntrica**, Ana Maria Borges de Sousa; Denise Soares Miguel, Patrícia de Moraes Lima. Florianópolis, SC: UFSCCED-Nuvic, 2010

TAVARES, Celma. **Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa. Editora Universitária, 2007

UNICEF. **Simulacros escolares: un guia para su preparaci3n**. Paraná: lusgrftab, 2010. Disponível em: http://educacionygestiondelriesgo.crid.org/preparationsimulacros_y_simulacione

United Nations. International Strategy For Disaster Reduction (UN/ISDR). **Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives**, 2004. Disponível em: http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/bd-lwr-2004-eng.htm

_____. **Environment Programme**. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br>

WILCHES-CHAUX, Gustavo. La vulnerabilidad global. In: MASKREY, Andrew. (Org.). **Los desastres no son naturales**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1993. p. 9-50

Referências de Sites

<https://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social/>

